



MFR

MOÇAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

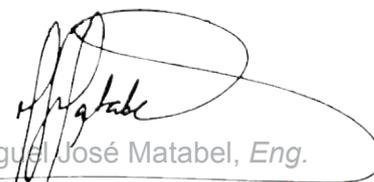
É com muita satisfação que, no âmbito do Plano Estratégico concebido para o triénio 2018-2020, registámos, no primeiro ano (2018), resultados positivos que confirmam as projecções avançadas nesse Plano.

Com isso, permitam-me apresentar uma palavra de apreço pela inestimável contribuição de todos os Colaboradores e Parceiros que, sem a qual, como sempre, não lograríamos atingir os resultados apresentados no presente documento.

Cientes disso, e tomando como exemplo, a nível do capital humano, instruímos e finalizámos, com sucesso, o **aprimoramento do Quadro de pessoal, a implementação da Nova Estrutura de Carreiras Profissionais, bem como a introdução de um Modelo de Avaliação de Desempenho, incluindo a formação**, instrumentos esses - não temos dúvidas -, irão flexibilizar o processo de progressão nas carreiras profissionais, valorizando as competências profissionais e académicas do trabalhador, sem descuidar a experiência prática acumulada tornando-o num actor activo na prossecução de um objectivo comum, o de aumentar a produção e produtividade da nossa Empresa.

Com estes resultados, que muito nos motivam, continuaremos a trabalhar arduamente para que possamos superar os actuais resultados e, com isso, continuarmos a responder positivamente as orientações do Governo neste capítulo de transporte ferro-portuário que, para além pleitear pela competitividade comercial, sermos uma Empresa de referencia Regional, primando pela qualidade de serviços e de relacionamentos com todos os nossos parceiros.

Muito obrigado!



Miguel José Matabel, Eng.

Presidente do Conselho de Administração

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2018, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Contrariamente ao período anterior, o ano 2018 caracterizou-se pela recuperação dos principais indicadores macro-económicos, nomeadamente:

- Registou-se uma melhoria expressiva da taxa das expectativas da taxa de inflação, pois a inflação homóloga desacelerou para níveis de 3,52% em Dezembro 2018, após cerca de 5,65% registado em igual período de 2017;
- A taxa de juro de empréstimo da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) foi de 17,25% e a taxa de juros da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) foi de 11,25 % até Dezembro de 2018, após ter-se registado uma FPC de 20,50% e FPD de 14% para igual período de 2017.

Tal como tem sido apanágio, o desempenho operacional do CFM para o exercício de 2018 apresenta-se sob dois prismas: o sistema ferroviário e sistema portuário.

O Sistema Ferroviário global no ano de 2018 transportou cerca de 27,00 milhões de toneladas líquidas contra cerca de 22,00 milhões transportadas em 2017, o que representou um crescimento de 6% e um nível de execução de 89% em relação ao plano. Nas linhas operadas pelo CFM transportou-se cerca de 11,3 milhões de toneladas líquidas em 2018, contra 11,1 milhões em 2017, o que significou um crescimento de 2,2% e uma realização de 109% em relação ao plano.

O Sistema Portuário global registou um nível de execução de 94% e um crescimento de 5%, ao ter registado 46,00 milhões de toneladas métricas manuseadas (mtmm), contra 44,00 mtmm registadas em 2017. Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas 7,5 milhões de toneladas métricas em 2018 contra 6,3 milhões manuseadas em 2017, o que representa um crescimento de 19% e uma execução de 109% do plano.

Em termos económico-financeiros o desempenho em 2018 foi o seguinte:

- As Vendas e Serviços Prestados, durante o exercício económico em análise, situaram-se em 12,07 mil milhões de Meticais contra 11,98 mil milhões de Meticais registados em 2017, o que representa um crescimento de 1%;
- Os Resultados Operacionais em 2018 foram de 1,59 mil milhões de Meticais, contra 3,96 mil milhões de Meticais em 2017, o que significa um decréscimo de cerca 60%;
- Os Resultados Financeiros em 2018 situaram-se em 1,08 mil milhões de Meticais, contra 1,63 mil milhões de Meticais em 2017;
- Os Resultados Antes dos Impostos, incluindo os resultados financeiros, foram cerca de 2,67 mil milhões de Meticais, contra 5,59 mil milhões de Meticais atingidos no exercício anterior, o que representa um decréscimo de cerca 52% tendo sido influenciado pelo investimento na dragagem do Porto da Beira;
- Os Resultados Líquidos do Exercício foram de 2,18 mil milhões de Meticais em 2018 contra 3,01 mil milhões de Meticais atingidos no exercício anterior, o que representa um decréscimo de cerca de 28%.

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração continuou, em 2018, com a monitoria de uma série de medidas de contenção de gastos face à conjuntura económica do país. Dentre outras medidas, destacam-se: i) Revisão da estrutura do quadro do pessoal e níveis salariais; ii) Redução dos custos elevados com as comunicações através da implementação da rede interna de fibra óptica para Sede e CFM-Sul.

Plano Estratégico 2018–2020:

O Conselho de Administração aprovou um investimento trienal de USD 502,1 milhões, sendo USD 255 milhões prioritários (fundos próprios), com objectivo de incrementar o tráfego de 10,8 milhões de toneladas previstos em 2018 para 19,4 milhões de toneladas projectadas até 2020.

No que toca aos Investimentos, foram desembolsados através da tesouraria da Empresa 2,92 mil milhões de Meticais em 2018, contra 5,58 mil milhões de Meticais orçados, representando uma realização de 52% e uma redução de 88% comparativamente a 2017. Os investimentos de grande vulto foram: a) Aquisição de 5 locomotivas; b) Aquisição de 90 vagões; c) Aquisição de 2 Rebocadores e 1 embarcação piloto (por receber em 2019); d) dragagem de emergência no porto da Beira e) Aquisição de carris e aparelho de mudança de via (por receber em 2019).

Em termos de Responsabilidade Social em 2018, o CFM participou em acções, principalmente nas áreas de promoção da Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes.

O sector da Saúde tem merecido o apoio do CFM através de acções que passam pelo apetrechamento e construção de hospitais, fornecimento de apoio à realização de convénios médicos internacionais no nosso país e apoio para tratamento médico. A promoção de Feiras de saúde é iniciativa marcante na componente Responsabilidade Social do CFM, divulgação em eventos promovidos pelo CFM de mensagens para a promoção da saúde e bem-estar como foi o caso do Fórum Nacional de Leguminosas uma iniciativa do Governo inserida no Plano Quinquenal no que tange à garantia de segurança alimentar às populações.

Na área de Educação, o CFM apoiou a materialização do Projecto de Segurança Rodoviária na Praça dos Trabalhadores assente na educação cívica dos utentes para uma mobilidade segura e livre de acidentes; promoção da Feira Internacional de Educação orientada sob o lema “A Educação e o seu Impacto no Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique”; realização do concurso infantil para os filhos dos trabalhadores ferro-portuários que já vai na sua 2ª Edição “Eu gosto da profissão do meu Pai/Mãe”; apoio para a introdução das línguas Bantu na Aprendizagem de condução automóvel em Moçambique; conclusão da construção de 2 Blocos de Salas de aulas, sanitários, campo de futebol e respectiva vedação, na escola primária completa de Boane, situada no Bairro Paulo Samuel Kamkomba, no âmbito do Projecto de construção da ponte Ferroviária sobre o Rio Umbeluzi, em Boane.

Na componente desportiva destaca-se ainda a continuidade dos apoios directos aos Clubes Ferroviários de Moçambique, à Liga moçambicana de futebol, ao Campeonato Africano de Xadrez, à preparação da selecção Nacional sénior Masculina de basquetebol para o Campeonato Mundial de Basquetebol a ter lugar na República Popular da China em 2019; bem como apoios para a sustentabilidade e realização dos Jogos Desportivos Escolares.

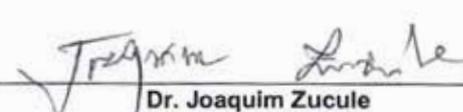
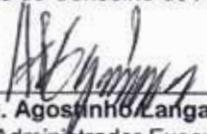
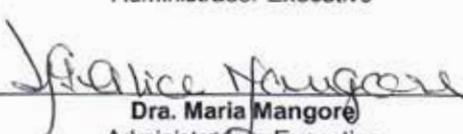
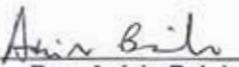
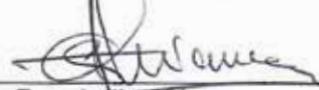
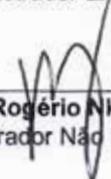
Na componente de desenvolvimento das Artes e da Cultura, o CFM assume-se como mecenas das artes e cultura. Assim, na valorização desta categoria cultural apoiou o lançamento de várias obras literárias bem como obras relacionadas com as políticas do Ensino Superior em Moçambique.

Na vertente de transporte de passageiros (como acção de Responsabilidade Social) e em cumprimento das recomendações do Governo para o sector dos transportes, a cifra (85%) mantém-se e, este ano, temos o desafio de melhorarmos o défice, com o desencadeamento de acções em carteira, tais como: (i) reajustamento de tarifas, (ii) controlo de acessos com vista a garantir que todos passageiros adquirem bilhetes; (iii) controlo interno iv) introdução de escolta policial aos comboios de passageiros.

Por último, ainda nesta vertente social, o CFM apoiou a publicação de obras literárias de conceituados escritores e a nova geração de escritores moçambicanos, bem como a publicação de livros que relatam vida e obra dos combatentes da Luta de Libertação Nacional.

É de salientar que nos últimos tempos, a empresa tem vindo a receber pedidos de apoio financeiro e patrocínio, vindos de pessoas singulares e colectivas trazendo projectos de vária natureza, alguns dos quais fora das nossas linhas de acção e de certa forma com grande impacto social, que tem merecido nosso apoio.

Maputo, 27 de Junho de 2019

 _____ Eng. Miguel Matabel Presidente do Conselho de Administração	 _____ Dr. Joaquim Zucule Administrador Executivo
 _____ Eng. Agostinho Langa Júnior Administrador Executivo	 _____ Dra. Maria Mangore Administradora Executiva
 _____ Eng. Anísio Bainha Administrador Executivo	 _____ Eng. Acílio Chiau Administrador Não Executivo
 _____ Dr. Rogério Nkomo Administrador Não Executivo	



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Senhores Administradores, o seu relatório e parecer sobre as contas e actividades dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

A elaboração das demonstrações financeiras é da competência do Conselho de Administração, cabendo ao Conselho Fiscal a responsabilidade de proceder à apreciação e elaboração do respectivo parecer.

As Demonstrações Financeiras estão acompanhadas de relatórios de actividades e contas realizadas no exercício económico de 2018, elaborados pelo Conselho de Administração.

No cumprimento das suas atribuições e com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM., E.P., o Conselho Fiscal concluiu que:

- Como resultado das análises feitas e das informações obtidas, bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras dos CFM, E.P. compostas por Balanço, Mapa de Demonstração dos Resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das Principais Políticas Contabilísticas e das Notas Explicativas às Contas estão em conformidade com a Lei;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs); e
- As Demonstrações Financeiras reflectem à posição patrimonial e financeira dos CFM, E.P., em 31 de Dezembro de 2018, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício.

Da apreciação feita às Demonstrações Financeiras e das actividades realizadas, o Conselho Fiscal considera importante salientar os seguintes desenvolvimentos:

- O activo total ascendeu a 49.977,0 milhões de meticais, representando um decréscimo de 4,5%, entre 2017 e 2018;

- O passivo Total registou um decréscimo de cerca de 15,8%, totalizando no fim do exercício 14.148,3 milhões de meticaís;
- A situação líquida no valor de 35.828,6 milhões de meticaís registou um crescimento de cerca de 1% relativamente a 2017; e
- O resultado bruto no montante de 2.675,8 milhões de meticaís, representa um decréscimo de 52% relativamente ao resultado apurado em 2017.

Deste modo, o resultado líquido depois dos impostos foi de 2.177,8 milhões de meticaís representando um decréscimo de 27,6% em relação ao registado no exercício de 2017.

Tendo em consideração os elementos apresentados pela Administração, analisados pelo Conselho Fiscal e reflectidos nos indicadores anteriormente referidos, o Conselho Fiscal é de parecer favorável e recomenda, aos órgãos competentes, que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório de Contas dos CFM, E.P., relativo ao exercício económico de 2018.

O Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e através deste, a todos os colaboradores dos CFM, E.P., pelos esforços que foram desenvolvidos durante o exercício em análise, e que vêm reflectidos no Relatório analisado.

Maputo, Junho de 2018

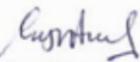
O Conselho Fiscal



Luís Matsinhe, Presidente



Matias Boa, Vogal



Evelina Novela, Vogal



MOZAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P.

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA
DOS PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE E.P. (CFM)

Relatório e contas 2018

Parecer

Compete à Direcção de Auditoria Interna (DAI) auditar os registos contabilísticos, examinar os sistemas de controlo interno, examinar a integridade e fidedignidade da informação financeira, examinar os meios usados para proteger os activos através da avaliação do risco, verificar o grau de aplicação das normas e comunicar através dos relatórios ao Conselho de Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P. (CFM) o resultado dos trabalhos de auditoria e certificar-se que foram tomadas as providências necessárias a respeito das recomendações.

Com base nas principais peças do relatório e contas do exercício económico de 2018, isto é, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das variações de capital próprio, e as demonstrações do fluxos de caixa, as notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contabilísticas, a Direcção de Auditoria Interna efectuou um exame de acordo com as Normas e Técnicas de Auditoria Interna, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável e verificar se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes, com vista a responder as seguintes questões:

- Dar a conhecer ao Conselho de Administração através de relatórios de auditoria interna se as metas planificadas estão a ser alcançadas;
- Dar a conhecer ao Conselho de Administração se os controlos internos implantados são suficientes para garantir a protecção dos activos e a sua adequação;
- Analisar de forma continua e permanente se todas as transações registadas são as que se verificaram e estão registadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- Verificar se a informação usada, obtida através do sistema PHC em uso na instituição, bem como outros sistemas de informação são fiáveis, completos e precisos;
- Garantir que a gestão do risco é adequada a fim de alcançar os objectivos pré-definidos.

Página 1 de 2

SEDE: Praça dos Trabalhadores, Maputo, República de Moçambique
Caixa Postal 1258 Telefone 21 427 173/ 21 421 081 - Fax 21 427 746 - Telex 6.208 CFMS-MO

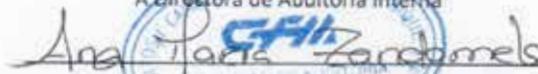
As Demonstrações Financeiras apresentam um decréscimo do Activo Total ao passar de 52.319.673 milhares de meticais para 49.977.017 milhares de meticais de 2017 para 2018, o Total do Capital Próprio aumentou ao passar de 35.517.008 milhares de meticais em 2017 para 35.828.692 milhares de meticais em 2018, o Total do Passivo diminuiu ao passar de 16.802.665 milhares de meticais em 2017 para 14.148.325 milhares de meticais em 2018 e o Resultado Líquido do exercício passou de 3.007.924 milhares de meticais para 2.177.819 milhares de meticais de 2017 para 2018. Estes valores lidos em conjunto com as notas explicativas refletem a imagem verdadeira e apropriada da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. E.P.

Parecer

É parecer da Direcção de Auditoria Interna, que as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma fidedigna e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P., em 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com as normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 27 de Setembro de 2019

A Directora de Auditoria Interna



Ana Maria Zandamela

Técnica Superior de Finanças

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

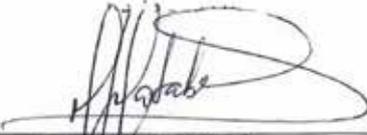
As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 1 a 3.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2018, constantes das páginas 8 a 47, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

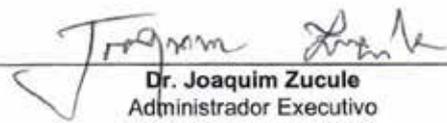
A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 27 de Junho de 2019 e assinadas pelos seus representantes:



Eng. Miguel Matabel
Presidente do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo



Dr. Carlos Macamo
Director de Administração e Finanças





Relatório do auditor independente

Aos Accionistas dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (a Sociedade) em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão.

O que auditámos

As demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., apresentadas nas páginas 8 a 47, que compreendem:

- o balanço em 31 de Dezembro de 2018;
- a demonstração dos resultados por naturezas para o ano então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o ano então findo;
- a demonstração das variações no capital próprio para o ano então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique e com o Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA). Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

Outra informação

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no Relatório e Contas de 2018. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 11875 · NUIT: 400005516 · Capital Social: 58.000,00 MZN



A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão e pelo controlo interno que a Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração tencione liquidar a Sociedade, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

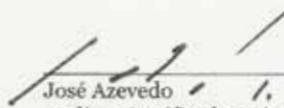
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pela Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Sociedade continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Sociedade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transações e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.
Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:



José Azevedo
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012
Maputo, 23 de Setembro de 2019

Balanço

em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)



ACTIVOS	Notas	2018	2017
Activos não correntes			
Activos tangíveis	6	27.641.628	28.820.512
Activos tangíveis de investimento	7	5.121.666	6.184.809
Activos intangíveis	8	77.297	70.953
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	214.934	214.934
Outros activos financeiros	10	28.550	28.550
Activos por impostos diferidos	29	385.444	8.031
		33.469.519	35.327.789
Activos correntes			
Inventários	11	1.426.092	1.161.250
Clientes	12	3.315.395	3.587.751
Outros activos financeiros	10	71.614	63.910
Outros activos correntes	13	3.657.250	2.527.323
Caixa e bancos	14	8.037.147	9.651.650
		16.507.498	16.991.884
Total dos activos		49.977.017	52.319.673
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		6.228.319	6.228.319
Resultados transitados		26.179.573	25.037.784
Resultados líquidos do período		2.177.819	3.007.924
Total do capital próprio		35.828.692	35.517.008
Passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	16	1.604.120	3.094.785
Outros passivos financeiros	17	6.002.246	6.672.746
Passivos por impostos diferidos	29	-	227.381
Outros passivos não correntes	18	674.642	761.937
		8.281.008	10.756.849
Passivos correntes			
Provisões	19	199.937	199.937
Fornecedores	20	847.690	1.163.006
Empréstimos obtidos	16	1.658.598	1.782.850
Outros passivos financeiros	17	814.930	777.921

(Cont.)

Balanço

em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

PASSIVOS	Notas	2018	2017
Passivos correntes			
Impostos a pagar	21	107.444	831.126
Outras contas a pagar	18	2.238.718	1.290.976
		5.867.317	6.045.816
Total dos passivos		14.148.325	16.802.665
Total do capital próprio e dos passivos		49.977.017	52.319.673


Dr. Carlos Macamo
Director de Administração e Finanças


Dr. Calisto Langa
Técnico de Contas

Demonstração dos resultados por naturezas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2018	2017
Vendas de bens e serviços	22	12.073.657	11.980.353
Investimentos realizados pela própria empresa	23	-	211.229
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(403.564)	(273.069)
Custos com o pessoal	24	(3.983.036)	(3.506.868)
Fornecimentos e serviços de terceiros	25	(5.552.573)	(4.293.162)
Amortizações	6, 7, 8	(3.587.439)	(3.358.862)
Provisões	19	-	(37.273)
Ajustamentos de inventários	11	406	26.815
Imparidades dos activos tangíveis	6	(594.298)	-
Imparidades de contas a receber	12	(212.381)	(280.159)
Outros ganhos e perdas operacionais	26	3.850.494	3.493.807
		1.591.266	3.962.811
Rendimentos financeiros	27	2.394.917	9.834.784
Gastos financeiros	28	(1.310.313)	(8.202.485)
		1.084.604	1.632.299
Resultados antes de impostos		2.675.870	5.595.110
Imposto sobre o rendimento	29	(498.051)	(2.587.186)
Resultados líquidos do período		2.177.819	3.007.924


Dr. Carlos Macamo
Director de Administração e Finanças


Dr. Calisto Langa
Técnico de Contas

Demonstração das variações no capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticals)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2017	1.242.981	427.659	5.999.557	395.370	20.722.042	724.351	29.511.960
Movimentos em reservas:							
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	724.351	(724.351)	-
Transferências	-	(59.427)	(475.413)	(59.427)	594.267	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	3.007.924	3.007.924
Outras alterações	-	-	-	-	3.591.293	-	3.591.293
Outros movimentos	-	-	-	-	99	-	99
Resultado absoluto do período	-	(59.427)	(475.413)	(59.427)	4.910.010	2.283.573	6.599.316
Operações com detentores de capital:							
Dividendos	-	-	-	-	(594.268)	-	(594.268)
Saldo no fim de 2017	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	25.037.784	3.007.924	35.517.008
Movimentos em reservas:							
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	3.007.924	(3.007.924)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2.177.819	2.177.819
Resultado absoluto do período	-	-	-	-	3.007.924	(830.105)	2.177.819
Operações com detentores de capital:							
Dividendos	-	-	-	-	(1.866.135)	-	(1.866.135)
	-	-	-	-	(1.866.135)	-	(1.866.135)
Saldo no fim de 2018	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	26.179.573	2.177.819	35.828.692

Dr. Carlos Macamo
Director de Administração e Finanças

Dr. Callisto Langa
Técnico de Contas

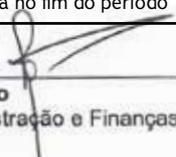
Demonstração de fluxos de caixa

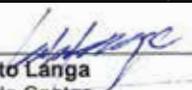
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2018	2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2.177.819	3.007.924
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Amortizações	6, 7, 8	3.587.439	3.358.862
Impostos sobre o rendimento (corrente e diferido)	29	498.051	2.587.186
Imparidades	6, 11,12	806.273	6.326.355
Provisões		-	37.273
Ajustamentos	6, 7, 8	34.810	685.668
Dividendos	27	(512.514)	(861.200)
Juros e similares (líquidos)	27, 28	(109.296)	125.214
Menos valias na venda dos activos tangíveis	26	(4.401)	(26.404)
Mais ou menos valias na alienação de acções		-	(6.157.604)
		6.478.181	9.083.274
Redução /(aumento) em inventários	11	(264.436)	42.952
Aumento em clientes e outras contas a receber	10, 12	52.271	(1.381.242)
Redução /(aumento) em outros activos correntes	13	(788.402)	193.367
Aumento /(redução) em fornecedores	20	(315.316)	768.309
Redução /(aumento) em outros credores e contas a pagar	17, 18, 21	(1.258.490)	(815.068)
Caixa gerada pelas actividades operacionais		3.903.808	7.891.592
Impostos pagos	29	(2.186.568)	(1.694.039)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		1.717.240	6.197.553
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição dos activos tangíveis	6	(1.981.439)	(1.809.540)
Aquisição de outros investimentos		-	(5.223)
Recebimentos respeitantes a:			
Venda de activos tangíveis		4.976	34.582
Venda de outros investimentos		-	6.233.626
Juros e rendimentos similares	27	351.987	201.332
Dividendos	27	512.514	861.200
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(1.111.962)	5.515.977
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Reembolso de empréstimos	16	(1.614.917)	(3.150.802)
Juros e gastos similares	28	(242.691)	(326.546)
Dividendos		(362.173)	(594.268)
Outras operações de financiamento		-	(1.075.500)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(2.219.781)	(5.147.116)
Varição de caixa e equivalentes de caixa		(1.614.503)	6.566.414
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		9.651.650	3.085.236
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14	8.037.147	9.651.650


Dr. Carlos Macamo
Director de Administração e Finanças


Dr. Calisto Langa
Técnico de Contas

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de meticais e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 27 de Junho de 2019.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011. Portanto, de momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrwea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul);

Terminal de Alumínio da Matola;
Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
Porto de Pemba; e
Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM;
- Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A. (TCM) que tem a concessão do referido terminal portuário; e
- Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A. (STM) que tem a concessão de exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- Cornelder Quelimane, S.A. (CdQ) que teve a concessão do Porto de Quelimane terminado no exercício corrente; e
- Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala;
- Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;
- CLN – Corredor Logístico de Nacala, que construiu, opera e gere o Ramal Ferroviário de Nacala-à-Velha, as infra-estruturas portuárias do Terminal de Carvão de Nacala-à-Velha e a Linha Ferroviária Moatize – Malawi, cujas actividades comerciais iniciaram em Janeiro de 2016; e
- CEAR – Central East African Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele caminho de ferro.

2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2018, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2018, sendo apresentadas em milhares de meticais arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2018		2017	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	60,86	62,06	58,44	59,60
Rands Sul-Africanos	4,22	4,30	4,74	4,83
Euros	69,68	71,06	70,00	71,40

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	Anos de vida útil
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 – 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício. Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente (“bidprice”). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados. Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificam-se nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados ao resultado na medida em que o serviço é prestado. É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial,

são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais.

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem uma reexpressão das quantias comparativas.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Metical)

6. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Custo					
Saldo inicial em 2017	48.786.824	15.458.210	1.436.073	1.858.558	67.539.665
Adições	24.546	56.673	218.713	1.509.607	1.809.539
Abates	(751)	(57)	(35.034)	-	(35.842)
Transferências	569.866	93.033	6.339	(669.238)	-
Ajustamentos	-	-	-	(686.291)	(686.291)
Saldo inicial em 2018	49.380.485	15.607.859	1.626.091	2.012.636	68.627.071
Adições	10.522	799.229	268.637	903.051	1.981.439
Abates	-	(442)	(13.063)	-	(13.505)
Transferências	61.265	1.238.351	14.162	(1.327.634)	(13.856)
Ajustamentos	-	-	(1.775)	(33.637)	(35.412)
Saldo final em 2018	49.452.272	17.644.997	1.894.052	1.554.416	70.545.737
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial em 2017	(24.882.374)	(11.300.286)	(1.153.504)	-	(37.336.164)
Reforço	(1.995.664)	(391.079)	(111.318)	-	(2.498.061)
Abates	-	57	27.609	-	27.666
Transferências	-	22	(22)	-	-
Saldo inicial em 2018	(26.878.038)	(11.691.286)	(1.237.235)	-	(39.806.559)
Reforço	(1.956.605)	(433.721)	(127.577)	-	(2.517.903)
Abates	-	354	12.576	-	12.930
Ajustamentos	753	968	-	-	1.721
	(28.833.890)	(12.123.685)	(1.352.236)	-	(42.309.811)
Imparidades acumuladas					
Imparidades dos activos	(594.298)	-	-	-	(594.298)
Saldo final em 2018	(594.298)	-	-	-	(594.298)
Saldo líquido					
2017	22.502.447	3.916.573	388.856	2.012.636	28.820.512
2018	20.024.084	5.521.312	541.816	1.554.416	27.641.628

Em 31 de Dezembro de 2018, os activos tangíveis em curso totalizavam 1.554.416 milhares de meticais e apresentavam a seguinte decomposição:

	Construção	Equipamento básico	Outros activos	Total
Investimentos em curso	698.141	650.050	206.225	1.554.416

7. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
Custo			
Saldo final em 2017	16.365.558	1.412.636	17.778.194
Saldo final em 2018	16.365.558	1.412.636	17.778.194
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2017	(9.527.059)	(1.212.688)	(10.739.747)
Reforço	(810.224)	(43.414)	(853.638)
Saldo inicial em 2018	(10.337.283)	(1.256.102)	(11.593.385)
Reforço	(1.024.215)	(38.215)	(1.062.430)
Ajustamentos	(713)	-	(713)
Saldo final em 2018	(11.362.211)	(1.294.317)	(12.656.527)
Saldo líquido			
2017	6.028.275	156.534	6.184.809
2018	5.003.347	118.319	5.121.666

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na nota 26.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

8. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
Custos			
Saldo final em 2017	29.500		80.739
Saldo inicial em 2018	29.500		80.739
Transferencias	13.855		13.855
Ajustamentos	(414)		(414)
Saldo final em 2018	42.941		94.180
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2017	(2.630)	-	(2.630)
Reforço	(7.156)	-	(7.156)
Saldo inicial em 2018	(9.786)	-	(9.786)
Reforço	(7.106)	-	(7.106)
Ajustamentos	8	-	8
Saldo final em 2018	(16.883)	-	(16.883)
Saldo líquido			
2017	19.714	51.239	70.953

9. Investimentos em subsidiárias e associadas

Não houve movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	2018	2017
Subsidiárias	106.179	106.179
Associadas	94.718	94.718
Outros instrumentos financeiros	40.167	40.167
	241.064	241.064
Imparidade acumulada	(26.130)	(26.130)
	214.934	214.934

9.1 Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação	Valor		
	2018	2017	2018	2017
Subsidiárias				
Sociedade Terminais de Moçambique	50.00	50.00	68.300	68.300
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	100.00	100.00	21.320	21.320
Terminal de Granitos	50.00	50.00	2.364	2.364
Xitimela Leasing Limited	67.50	67.50	5.214	5.214
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100.00	100.00	100	100
Belavista Holding	65.00	65.00	845	845
CFM – Sociedade Turística, S.A.	100.00	100.00	240	240
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49.00	49.00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	50.00	6.000	6.000
			106.179	106.179

	% de participação	Valor		
	2018	2017	2018	2017
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40.00	40.00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.50	27.50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33.00	33.00	3.795	3.795
Cornelder de Quelimane, S.A.	49.00	49.00	11.760	11.760
Terminal de Cabotagem Maputo	49.00	49.00	5.831	5.831
Maputo Port Development Company	49.00	49.00	7.590	7.590
Portos do Norte, S.A.	30.00	30.00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	20.00	6.000	6.000
Tecnoshore, Limitada	20.00	20.00	6.750	6.750
			94.718	94.718

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticalis)

10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Outros activos financeiros era como segue:

	2018	2017
Não corrente		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	28.550	28.550
	28.550	28.550
Corrente		
Adiantamentos ao pessoal	27.971	26.563
Cauções	47.868	46.307
Devedores diversos – partes relacionadas	620	620
	76.459	73.490
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros	(4.845)	(9.580)
	71.614	63.910

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Inventários era como segue:

	2018	2017
Travessas		
Material de construção	365.349	368.536
Peças e sobressalentes	17.934	23.488
Combustíveis e lubrificantes	945.058	701.130
Outros materiais	12.588	6.001
	132.086	109.424
Ajustamentos de inventários	1.473.015	1.208.579
	(46.923)	(47.329)
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros	1.426.092	1.161.250
	71.614	63.910

11.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	2018	2017
Em 1 de Janeiro		
Aumento	(47.329)	(47.420)
Reversão	-	(17.661)
Ajustamentos	406	44.476
Em 31 de Dezembro	-	(26.724)
	(46.923)	(47.329)

11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2018	2017
Existências iniciais		
Compras	1.161.250	1.177.386
Regularizações	668.406	228.913
Existências finais	-	28.020
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	(1.426.092)	(1.161.250)
	403.564	273.069

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	2018	2017
Tráfego		
Concessionárias	1.475.725	1.400.840
Administrações estrangeiras	1.355.829	989.972
Clientes de cobrança duvidosa	322.357	559.344
Outros clientes	398.899	234.680
	171.019	637.449
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	3.723.829	3.822.285
	(408.434)	(234.534)
	3.315.395	3.587.751

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticals)

12.1. Perdas por imparidade acumuladas de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte

	2018	2017
Em 1 de Janeiro		
Reforço	(234.534)	(692.116)
Reversão	(226.256)	(314.585)
Utilização	13.875	34.426
Em 31 de Dezembro	38.481	737.741
	(408.434)	(234.534)

13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	2018	2017
Imposto sobre o valor acrescentado	2.183.274	1.835.771
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) (Nota 29)	341.525	-
Acréscimos de juros a receber	33.568	63.143
Acréscimos de rendimentos	266.864	45.790
Gastos diferidos	153.468	367.391
Adiantamentos à fornecedores	678.551	215.228
	3.657.250	2.527.323

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	2018	2017
Caixa		
Meticais	213	12
Dólar Norte-Americano	-	71
	213	83
Depósitos à ordem		
Meticais	401.346	459.867
Dólar Norte-Americano	3.094.255	1.263.862
Rands Sul-Africanos	513.260	423.163
Euros	25.835	28.544
	4.034.696	2.175.436
Depósitos à prazo		
Meticais	247.949	487.801
Dólar Norte-Americano	3.374.489	6.301.030
Rands Sul-Africanos	379.800	687.300
	4.002.238	7.476.131
	8.037.147	9.651.650

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

15. Capital social

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

De acordo com a lei vigente, a empresa deve transferir para a reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artigo n.º 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

16. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Não correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	391.958	1.876.845
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	1.212.162	1.217.940
	1.604.120	3.094.785
Correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	1.567.831	1.501.476
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	90.767	276.298
Locação financeira	-	5.076
	1.658.598	1.782.850
	3.262.718	4.877.635

16.1. Empréstimos bancários

Empréstimo no montante de USD 120.000.000, contraído em 2012 para aumentar a capacidade da linha férrea de Sena de 6,5 MTPA para 20,0 MTPA, concedido pelo Standard Bank. Este empréstimo vence juros à taxa LIBOR a 3 meses, acrescida de uma margem de 5,5%, e o saldo a data do balanço é de 1.959.789 milhares de meticais, equivalente a USD 31.578.947.

16.2. Financiamentos do Estado

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2018	2017
Não corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	301.714	294.898
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	910.448	891.887
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	-	27.713
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	-	3.442
					1.212.162	1.217.940
Corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	10.403	17.220
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	34.065	39.369
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	30.313	208.600
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	EUR	20/07/2034	15.986	11.109
					90.767	276.298
					1.302.929	1.494.238

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuring of Port”). O montante em dívida corresponde a 68.443.968 USD ao câmbio a data de transacção e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos.

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena. O montante em dívida corresponde a 488.452 USD no final do ano.

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. O montante em dívida corresponde a 257.566 USD no final do ano.

17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Não corrente		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
Rites & Ircon (Nota 17.2)	-	670.500
	6.002.246	6.672.746
Corrente		
Cauções	22.788	21.416
Rites & Ircon (Nota 17.2)	698.175	670.500
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	16.587	11.692
Indemnização por locomotivas danificadas	77.380	74.313
	814.930	777.921

17.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do International Development Agency (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM.

17.2. Rites & Ircon

Saldo resultante do acordo amigável entre o Governo de Moçambique, a Rites & Ircon, os CFM e a CCFB, no qual o governo ficou responsabilizado pelo pagamento de USD 80 milhões pela rescisão do contrato de concessão do sistema ferroviário centro. Conforme despacho do Ministro de Economia e Finanças, datado de 31 de Dezembro de 2015, relativo à implementação deste acordo amigável, em que os CFM actuam em representação do Estado, foram os CFM incumbidos de pagar directamente aos beneficiários através do Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, uma entidade do Ministério dos Transportes e Comunicações.

18. Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	2018	2017
Outros passivos não correntes		
Rendimentos diferidos	454.017	486.156
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	220.625	275.781
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	674.642	761.937
Outras contas a pagar		
Rendimentos diferidos	31.154	31.154
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	27.578	-
Reabilitação do cais do Porto da Beira	18.419	11.890
Adiantamentos de clientes	-	277.706
Credores administrações estrangeiras	-	647
Credores partes relacionadas	253.341	523.611
Fornecedores de investimentos de capital	188.085	156.903
Remunerações a pagar	4.745	2.716
Outras operações com trabalhadores	52.816	165.932
Outros acréscimos de gastos	1.503.962	-
Resultados atribuídos	158.618	120.417
Outros credores diversos	2.238.718	1.290.976
Outras operações com trabalhadores	2.913.360	2.052.913

18.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de meticais. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística esperada.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticals)

18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Provisões para férias	90.125	90.125
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	26.447	26.447
Provisões para impostos	83.365	83.365
	199.937	199.937

19.1 Durante o exercício de 2018 não houve movimentação na rubrica Provisões:

	2018	2017
Em 1 de Janeiro	199.937	162.664
Reforço	-	83.365
Reversão	-	(46.092)
Em 31 de Dezembro	199.937	199.937

19.2 Provisões para litígios judiciais

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Fornecedores de combustíveis	68.027	87.018
Fornecedores das locomotivas e acessórios	185.190	560.761
Fornecedores do material de construção da via	-	10.268
Fornecedores dos serviços de dragagem	-	350.530
Fornecedores dos serviços de estiva	-	39.760
Fornecedores dos serviços de manutenção do cais	-	55.921
Outros fornecedores	594.473	58.748
	847.690	1.163.006

21. Impostos a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Impostos a pagar apresentava a seguinte decomposição:

	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) (Nota 29)	-	742.198
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)	99.488	82.360
INSS - Segurança social	7.956	6.568
	107.444	831.126

22. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Estadias	250.452	249.096
Cabotagem	6.827	9.577
Exportações	333.795	332.411
Importações	428.979	410.746
Pilotagem	76.354	60.304
Rebocadores	217.189	241.335
Transporte de passageiros	182.531	156.111
Transporte e manuseamento de mercadorias	9.810.523	10.199.092
Outros serviços prestados	767.007	321.681
	12.073.657	11.980.353

23. Investimentos realizados pela própria empresa

A rubrica Investimentos realizados pela própria empresa refere-se ao valor dos investimentos aplicados na reparação de vagões e carruagens. Para além de gastos com a aquisição de material, são imputadas as horas trabalhadas e os restantes gastos directos relacionados com estas reparações.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Metical)

24. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Remunerações da administração	84.004	71.903
Remunerações de outros colaboradores	3.240.080	2.891.323
Encargos com as remunerações	55.796	43.346
Ajudas de custo	50.089	38.463
Indemnizações de trabalhadores	13.937	9.427
Pensões	55.465	52.483
Seguros de acidentes de trabalho e doença	5.981	5.981
Custos de acção social	75.331	68.877
Outros custos com pessoal	402.353	325.065
	3.983.036	3.506.868

O número de trabalhadores em 2018 e 2017 foi de 5,192 e 5,612 colaboradores, respectivamente.

25. Fornecedores e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Água e electricidade	163.301	101.179
Combustíveis e lubrificantes	672.344	526.013
Ferramentas e utensílios	32.661	12.994
Materiais de manutenção e reparação	303.302	926.514
Material de escritório	65.542	63.400
Serviços de dragagem	1.654.644	464.777
Estiva	415.231	409.733
Manutenção e reparação	338.390	412.951
Transporte de carga e de passageiros	1.093	1.160
Comunicações	52.802	47.622
Publicidade e propaganda	57.499	55.691
Deslocações e estadas	95.828	85.883
Despesas de representação	7.086	1.894
Contencioso e notariado	1.698	1.443
Rendas e alugueres	570.927	376.487
Seguros	53.852	54.097
Limpeza, higiene e conforto	60.675	31.715
Vigilância e segurança	257.339	235.678
Trabalhos especializados	438.732	103.423
Intercâmbio de material circulante	221.668	308.145
Outros fornecimentos e serviços	87.959	72.363
	5.552.573	4.293.162

26. Outros ganhos e perdas operacionais

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	1.028.812	773.255
Rendas variáveis	2.989.075	1.810.112
Honorários de gestão	156.003	153.885
Aluguer de locomotivas e vagões	87	22.963
Aluguer de outros equipamentos	71.802	1.129
Alienação de activos tangíveis	4.401	26.404
Sinistros	488	582
Subsídios para investimentos	58.733	31.154
Outros rendimentos e ganhos	282.868	1.430.181
	4.592.269	4.249.665
Perdas		
Impostos e taxas	(156.909)	(78.214)
Multas e penalidades	(44)	(5.519)
Licenças	-	(14.127)
Perdas em investimentos de capital	-	(544)
Donativos	(77.110)	(80.172)
Quotizações	(9.570)	(17.753)
Programas de responsabilidade social	(134.095)	(67.382)
Clube de actividades desportivas	(332.821)	(381.866)
Indemnizações	(1.390)	(72.726)
Outros gastos e perdas	(29.836)	(37.555)
	(741.775)	(755.858)
	3.850.494	3.493.807

27. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Juros obtidos	351.987	201.332
Rendimentos de partes sociais	494.073	462.433
Diferenças de câmbio favoráveis	1.035.872	2.052.759
Dividendos recebidos	512.514	861.200
Alienação de acções	-	6.233.626
Outros rendimentos e ganhos financeiros	471	23.434
	2.394.917	9.834.784

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Metical)

28. Gastos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Juros suportados	(242.691)	(326.546)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.025.690)	(1.677.595)
Perda por imparidade de activos financeiros	-	(6.073.011)
Abate de investimentos financeiros	-	(76.021)
Outros gastos e perdas financeiras	(41.932)	(49.312)
	(1.310.313)	(8.202.485)

29. Imposto sobre o rendimento

29.1 O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	2018	2017
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.102.845)	(1.440.890)
	(1.102.845)	(1.440.890)
Imposto diferido		
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	377.413	(918.915)
Diminuição / (aumento) em passivos por impostos diferidos	227.381	(227.381)
	604.794	(1.146.296)
	(498.051)	(2.587.186)

29.2 A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

29.3 Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 41% (2017: 26%).

	2018	2017
Imposto a pagar à taxa nominal	(856.278)	(1.790.435)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(455.063)	(535.070)
Rendimentos não tributados	208.496	884.615
	(1.102.845)	(1.440.890)

29.4 A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	2018	2017
Saldo em 01 de Janeiro	(742.198)	(995.348)
Liquidação do imposto sobre o rendimento do período anterior	742.198	995.348
	-	-
Pagamento por conta	1.330.746	623.796
Outras retenções na fonte	113.624	74.896
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.102.845)	(1.440.890)
Saldo em 31 de Dezembro	341.525	(742.198)

29.5 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	8.031	918.915	-	926.946
Imputado / (creditado) ao resultado	-	(918.915)	-	(918.915)
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	8.031	-	-	8.031
Imputado / (creditado) ao resultado	4.468	110.355	262.590	377.413
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	12.499	110.355	262.590	385.444

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa não tem prejuízos fiscais para utilizar.

29.6 Passivos por impostos diferidos

O saldo dos passivos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2018	2017
Diferença cambiais não realizadas	-	(227.381)
	-	(227.381)

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticals)

Os movimentos nos passivos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Diferenças cambiais	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	-	-
(Imputado) / creditado ao resultado	(227.381)	(227.381)
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	(227.381)	(227.381)
(Imputado) / creditado ao resultado	227.381	227.381
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	-	-

30. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

30.1 Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo	84.004	84.004
	84.004	84.004

30.2 Transacções com partes relacionadas

	2018	2017
Vendas e prestações de serviços		
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	16.735	38.208
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	33.438	-
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	17.782	-
Cornelder de Moçambique S.A.	1.483.326	997.420
Cornelder Quelimane, S.A.	9.053	26.493
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	653.944	697.417
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	24.453	26.789
DP World Maputo, S.A.	-	14.452
Corredor de Desenvolvimento do Norte	1.537.756	995.978
Transcom, S.A.	4.872	9.969
	3.781.359	2.806.726

30.3 Saldos com partes relacionadas

	2018	2017
Clientes		
Concessões, Tráfego e Outros	139.438	310.427
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	712.486	628.963
Corredor de Desenvolvimento do Norte	53	-
Portos do Norte, S.A.	420.441	252.521
Cornelder de Moçambique S.A.	15	105.984
Cornelder Quelimane, S.A.	65.142	49.483
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	3.596	2.078
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	13.113	11.578
Terminal Carvão da Matola	-	1.167
DP World Maputo, S.A.	1.295	322
Cimentos de Moçambique, S.A.	683	-
Transcom, S.A.	11.851	-
Sociedade de Participações e Gestão Hoteleira, S.A.	27.319	9.537
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	-	13.910
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	17.361	6.280
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	1.412.793	1.392.250
Administrações estrangeiras	202.375	462.952
National Railways of Zimbabwe	93.336	93.324
Transnet Freight Rail	26.646	3.066
Swaziland Railways	322.357	559.342
	1.735.150	1.951.592

	2018	2017
Outros activos financeiros		
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	23.185	23.185
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
	29.171	29.171

	2018	2017
Outras contas a pagar		
DP World Maputo, S.A.	4.465	4.465
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	647
Cornelder de Moçambique S.A.	1.534	-
Cornelder Quelimane, S.A.	15	-
	6.014	5.112

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

31. Compromissos e contingências

31.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 26.447 milhares de meticais.

31.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

31.3 Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

31.4 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2018, apresenta-se como segue:

Beneficiário	Finalidade	Valor	Moeda	Banco
General Transportation Parts, LLC	Aquisição de peças e sobressalentes p/locomotivas	2.733.750	USD	BIM
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso	582.109	MZN	BCI
Van Oord Mozambique, Lda.	Serviços de dragagem de emergência	2.620	EUR	BCI

32. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêm periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

32.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

32.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

32.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rand. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

32.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2018	2017
Total dos empréstimos	3.262.718	4.877.635
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(8.037.147)	(9.651.650)
Dívida líquida	(4.774.429)	(4.774.015)
Capital próprio	35.828.692	35.517.008
	31.054.263	30.742.993
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	(15.37%)	(15.53%)

32.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiro mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

32.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

32.9 Categoria dos instrumentos financeiros

	2018	2017
Cientes	3.315.395	3.587.751
Outros activos financeiros	100.164	92.460
Caixa e equivalentes de caixa	8.037.147	9.651.650
	11.452.706	13.331.861
Empréstimos obtidos	(3.262.718)	(4.877.635)
Fornecedores	(847.690)	(1.163.006)
Outros passivos financeiros	(6.817.176)	(7.450.667)
	(10.927.584)	(13.491.308)
Passivos financeiros líquidos	525.122	(159.447)

33. Outras informações

Em 2015, advogando o incumprimento dos prazos de conclusão e operacionalidade das linhas férreas de Sena e de Machipanda, na Província de Sofala, Centro de Moçambique, o Governo de Moçambique decidiu rescindir o contrato de concessão destas linhas à Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira e entregou a respectiva gestão aos CFM.

Na sequência desta rescisão, a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira intentou um processo contra o Governo de Moçambique no Tribunal Arbitral Internacional do qual resultou a assinatura, no dia 21 de Outubro de 2015, de um Acordo Amigável entre o Governo de Moçambique representada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações e o Governo de Índia representada pelas empresas Rites, Limited e Ircon International, Limited, que contemplou um pagamento de USD 80 milhões pela rescisão. Os CFM já pagaram um montante equivalente a USD 68.75 milhões e irão pagar o montante remanescente de USD 11.25 milhões em Outubro de 2019.

Planos de investimentos futuros: 2018 – 2020

O investimento global previsto para o triénio de 2018 – 2020 ascende a USD 502.1 milhões, dos quais USD 255 milhões são considerados prioritários e serão, por isso, efectuados através de fundos próprios, como segue:

Descrição	Sub projectos	2018	2019	2020	Total
Infra-estruturas ferro-portuárias					
	Vias e obras de arte	11.603	35.294	4.394	51.291
	Edificações	7.033	2.500	2.500	12.033
	Obras portuárias	22.706	4.000	2.000	28.706
	Sinalização e telecomunicação	998	1.000	1.000	2.998
Equipamentos ferro-portuárias					
	Material circulante	37.156	30.973	41.000	109.129
	Equipamento portuário	13.850	12.000	-	25.850
Infra-estruturas, equipamentos informáticos e outros		16.383	5.000	4.000	25.383
Total do investimento de capital		109.729	90.767	54.894	255.390

Nota às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 (valores expressos em milhares de Meticais)

Infra-Estrutura

Investir na reabilitação da Linha de Machipanda

Reforço da Manutenção das linhas férreas

Equipamento

5 locomotivas;
300 vagões;
90 carruagens;
2 rebocadores e 1 lancha;
2 atacadeiras e 2 carriladeiras;

Projecto Integrado da Ponte Techobanine

O Projecto Integrado do Porto de Techobanine tem por objecto a construção, manutenção e operação das seguintes infra-estruturas:

- Um porto de águas profundas;
- Um terminal de carvão com capacidade inicial de 40 milhões de toneladas por ano;
- Diversas ligações ferroviárias;
- Um SPM para descarga de combustíveis e correspondente “pipeline”.

Para o Distrito de Matutuíne, está previsto o desenvolvimento de um enorme pólo-industrial que irá ter grande impacto na vida económica e social daquele distrito. Este projecto proporcionará o desenvolvimento da actividade industrial, comercial, social e turística bem como dos acessos ferroviário e rodoviário através de sub-projectos específicos na zona franca industrial, e ocupará uma área global de 22,382.4 hectares, com parte da área junto à costa designada por zona portuária e uma área localizada no interior, no perímetro da localidade de Salamanga. Pretende-se que estas zonas sejam transformadas em zonas económicas especiais e o valor do investimento para a primeira fase do projecto (estudo de viabilidade, técnicos e ambiental) está orçado em mais de USD 1.5 milhões. Prevê-se que ao longo do ano 2018 se dê início aos estudos necessários que, dada a complexidade envolvida, deverão estar concluídos no prazo de seis meses. Para além dos parceiros originais, Moçambique, Botswana e Zimbabwe, o projecto prevê agora a entrada da África do Sul e Suazilândia como novos parceiros.

Processo de inventariação e reavaliação do património

Está em curso o processo de inventariação dos activos dos CFM, conduzido por um consultor contratado para o efeito. A finalização estava prevista para 2017 mas foi revista para o decurso do ano de 2019 devido a questões de natureza estrutural. O resultado desta inventariação e reavaliação do património está previsto para o exercício de 2019.

34. Eventos subsequentes

Não ocorreram quaisquer factos ou eventos subsequentes a esta data que influenciem a adequada leitura e interpretação destas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.



